

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL nº 1837550 - MS (2019/0272574-2)

RELATOR : MIN. ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

RECORRIDO : CINTHIA EMMANUELLE SILVA ARANTES FAKER

ADVOGADOS : HILÁRIO CARLOS DE OLIVEIRA - MS002492B

: CARLOS HENRIQUE CARVALHO DE OLIVEIRA - MS009834

RECORRIDO : NEUSO DE MELO

ADVOGADO : RUBENS POZZI BARBIRATO BARBOSA - MS002667

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça daquela unidade federativa.

A controvérsia tratada nos autos foi bem relatada no parecer ministerial às e-STJ fls. 977/978, *in verbis*:

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, com fulcro no artigo 105, inciso III, alínea 'a', da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul que determinou a intempestividade do recurso de apelação do órgão ministerial, ementada da seguinte forma:

'APELAÇÃO CRIMINAL – RECURSO MINISTERIAL – INTEMPESTIVIDADE CONSTATADA DE OFÍCIO – FLUÊNCIA DO PRAZO RECURSAL A PARTIR DA DATA QUE HÁ ENTREGA DOS AUTOS DIGITAIS EM CARGA COM O ÓRGÃO MINISTERIAL – RECURSO NÃO CONHECIDO. As disposições contidas no art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei 11.419/2006 são inaplicáveis ao Ministério Público Estadual, que possui legalmente prerrogativa de intimação pessoal das decisões judiciais. O Ministério Público Estadual possui a prerrogativa de intimação pessoal das decisões em qualquer processo ou grau de jurisdição, sendo que o prazo de recurso deve ser contado a partir da data de entrega em vista pessoal do arquivo digital com a cópia do processo eletrônico (art. 9º, § 1º, da Lei 11.419/2006) e não da data de aposição de ciência do MP. Não observado o quinquídio legal deve-se ter por intempestivo o recurso. De ofício, recurso não conhecido.'

Inconformado com o acórdão, o recorrente interpôs recurso especial **alegando negativa de vigência ao art. 5º, §§ 1º e 3º, da Lei nº 11.419/06.**

Ao final, **pugna que seja admitido o recurso, para reformar o acórdão, a fim de aplicar corretamente os dispositivos mencionados, reconhecendo-se a tempestividade da apelação,**

Superior Tribunal de Justiça

bem como determinar o julgamento de seu mérito (fl. 949).

As contrarrazões foram apresentadas e o recurso foi admitido. (Grifei.)

Ao final, o Ministério Público Federal opinou pelo provimento do recurso especial, nos termos assim resumidos (e-STJ fl. 977):

RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO JULGADA INTEMPESTIVA. LEI Nº 11.419/2006. APLICAÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PRECEDENTES. PROVIMENTO DO RECURSO.

1. 'A lei 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial. Precedentes. Agravo regimental desprovido.' (AgRg no AREsp 1147557/MS, 5ª T., rel. Min. FELIX FISCHER, j. 24/05/2018, DJ 30/05/2018) 2. Parecer pelo conhecimento e provimento do recurso para reformar o acórdão que julgou intempestiva a apelação, com fins de possibilitar o julgamento do mérito do recurso.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Preenchidos os pressupostos objetivos e subjetivos de admissibilidade do recurso especial, dele conheço.

No caso, tenho que razão assiste à instituição recorrente, pois a jurisprudência deste Tribunal Superior de Justiça pacificou-se no sentido de que "*a Lei 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial*" (AgRg no AREsp n. 1147557/MS, relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 24/5/2018, DJe 30/5/2018).

Nesse sentido, precedentes de ambas as Turmas componentes da Terceira Seção deste Tribunal Superior:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO. TEMPESTIVIDADE. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. ART. 5º, §3º DA LEI 11.419/2006. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

2. A realização da intimação eletrônica se dá no dia em que o intimando efetuar a consulta eletrônica ou, não sendo essa realizada no prazo de 10 dias corridos, contados da data do envio, deverá ser considerada como realizada tacitamente no último dia do prazo dos 10 dias previstos para consulta (Lei n. 11.419/2006).

3. Na espécie, verifica-se que os autos foram disponibilizados para o Ministério Público no dia 25/04/2018 (e-STJ, fl. 148), sendo que, em atenção ao teor do art. 5.º, § 3.º, da Lei n.º 11.419/06, ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de 10 dias corridos, automaticamente o Parquet foi considerado intimado no dia 05/05/2018 (e-STJ, fl. 150). Portanto, o prazo recursal iniciou em 07/05/2018 e encerrou no dia 14/05/2018. Assim, tendo o Ministério Público interposto a apelação no dia 10/05/2018 (e-STJ, fls. 151), tem-se que o recurso é tempestivo.

4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1803490/MS, relator Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 04/06/2019, grifei.)

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APELAÇÃO. PARQUET ESTADUAL. INTIMAÇÃO ELETRÔNICA. DATA DE EFETIVA CONSULTA. ART. 5º DA LEI N. 11.419/2006. APELAÇÃO TEMPESTIVA. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM.

1. Para a jurisprudência deste Superior Tribunal, a Lei n. 11.419/2006 não faz exceção ao Ministério Público, devendo-se, em atendimento à igualdade das partes no devido processo legal, aplicar a mesma regra dos §§ 1º e 3º, do art. 5º desta lei, ao órgão ministerial (AgRg no AREsp n. 1.147.557/MS, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 30/5/2018).

2. Nos termos do art. 5º, §§1º e 3º, da Lei 11.419/2006, a intimação eletrônica considera-se realizada no dia em que o intimado efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, a qual pode ser realizada em até 10 dias, contados da data do seu envio, sob pena de se considerar a intimação automaticamente realizada na data do término desse prazo.

3. O Tribunal de origem, ao entender que a intimação eletrônica foi considerada realizada no dia em que os autos foram disponibilizados no sistema eletrônico da instituição, divergiu do entendimento jurisprudencial desta Corte.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1792793/MS, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 25/03/2019, grifei)

No caso em tela, conforme o contido na certidão de e-STJ fl. 797, ante a inexistência de leitura da intimação eletrônica dentro do prazo de dez dias corridos, considerou-se o Ministério Público estadual ciente da intimação em 21/5/2018.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, interposta a apelação no dia 21/5/2018 (e-STJ fl. 798), segunda-feira, tem-se por respeitado o prazo legalmente previsto no art. 593 do Código de Processo Penal.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso especial** para afastar a intempestividade do recurso de apelação ministerial e determinar o retorno dos autos ao Tribunal *a quo* para que proceda ao julgamento da referida irresignação conforme entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de setembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DJE/STJ de 24/09/2019.